



Município da Marinha Grande
Câmara Municipal

Reunião extraordinária da
Câmara Municipal da Marinha
Grande realizada no dia
23/12/2015.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 35

Reunião extraordinária da
Câmara Municipal da Marinha
Grande realizada no dia
23/12/2015.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 35

Aos vinte e três dias do mês de dezembro de dois mil e quinze, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, reuniu extraordinariamente a Câmara Municipal da Marinha Grande, sob a presidência do Presidente, Paulo Jorge Campos Vicente, com a presença dos seguintes Senhores Vereadores:

- Alexandra Filipa de Araújo Seara Dengucho;
- António Manuel Jesus Ferreira dos Santos;
- Aurélio Pedro Monteiro Ferreira;
- Carlos Alberto Fernandes Logrado;
- Cidália Maria de Oliveira Rosa Ferreira;
- Vítor Manuel Fernandes Pereira.

O Sr. Presidente abriu a reunião, eram 16:00 horas, com a ordem do dia abaixo relacionada.

Nenhum dos membros do executivo presentes declarou qualquer impedimento na votação dos assuntos objecto de deliberação nesta reunião, salvo os casos em que na deliberação se menciona expressamente a causa do impedimento.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

ORDEM DO DIA

1. **“RECOLHA E TRANSPORTE DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS PRODUZIDOS NO CONCELHO DA MARINHA GRANDE - IMPUGNAÇÃO ADMINISTRATIVA”**

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

1 - “RECOLHA E TRANSPORTE DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS PRODUZIDOS NO CONCELHO DA MARINHA GRANDE - IMPUGNAÇÃO ADMINISTRATIVA”

A reunião iniciou-se com a explicação jurídica das várias fases do procedimento, efetuada pelo Sr. Dr. Victor Faria e pelo Sr. Dr. Bruno Jorge, do gabinete de advogados que prestam os serviços de patrocínio judiciário da autarquia.

No decurso da referida explicação, foram prestados os esclarecimentos jurídicos suscitados pelos Srs. Vereadores.

936 - Terminadas as intervenções, o Sr. Presidente agradeceu a presença do Sr. Dr. Victor Faria e do Sr. Bruno Jorge, e colocou a votação a seguinte proposta:

ENQUADRAMENTO

No âmbito do procedimento de Concurso Público que tem por objeto a “Recolha e Transporte de Resíduos Sólidos Urbanos produzidos no concelho da Marinha Grande” – Processo de Aquisição n.º 48/2015-AP/DISU, veio a concorrente *RRI – Recolha de Resíduos Industriais, S.A.*, nos termos do disposto nos artigos 267.º e seguintes do Código dos Contratos Públicos, identificando a Entidade Pública Contratante MUNICÍPIO DA MARINHA GRANDE, a apresentar *Impugnação Administrativa* dirigida ao Presidente da Câmara da Marinha Grande.

Importa efetuar o enquadramento legal do procedimento adotado para, antes de mais, aferir da sua admissibilidade.

Tal como resulta do disposto no n.º 1 do artigo 267.º do Código dos Contratos Públicos “*As impugnações administrativas das decisões relativas à formação dos contratos públicos regem-se pelo disposto no presente título e, subsidiariamente, pelo disposto no Código do Procedimento Administrativo.*”. Este regime, no âmbito do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015 de 07.01, em vigor à data do início deste procedimento concursal, encontra-se estabelecido nos artigos 184.º a 189.º desse diploma legal.

O n.º 2 do artigo 271.º do Código dos Contratos Públicos estabelece que “*O recurso administrativo das deliberações do júri deve ser interposto para o órgão competente, por lei ou por delegação, para a decisão de contratar*” e, tal como resulta do artigo 2.º do Programa de Procedimento do Concurso em apreço, a entidade pública contratante é o Município da Marinha Grande e o órgão que tomou a decisão de contratar é a Câmara Municipal da Marinha Grande. Conforme já referido supra, a Impugnação Administrativa foi dirigida ao Presidente da Câmara da Marinha Grande. Ora, o Presidente da Câmara Municipal possui competência própria no âmbito da contratação pública (cfr. alínea f) do n.º 1 do artigo 35.º da Lei n.º 75/2013 de 12.09), ainda que limitada ao montante da sua competência para autorizar despesas (cfr. alínea a) do n.º 1 do artigo 18.º do Decreto-Lei n.º 197/99 de 08.06 (que se não encontra revogado pelo Código dos Contratos Públicos – alínea f) do n.º 1 do artigo 14.º do Decreto-Lei n.º 18/2008 de 29 de Janeiro) contudo, face ao valor do Concurso Público em causa, considera-se que a Impugnação Administrativa foi dirigida ao Presidente da Câmara Municipal da Marinha Grande enquanto membro integrante do Órgão Colegial Executivo do Município, nos termos do disposto no n.º 1 do art.º 56.º da Lei n.º 169/99 de 18.09 e enquanto representante do Município (cfr. alínea a) do n.º 1 do artigo 35.º da Lei n.º 75/2013 de 12.09), o que igualmente se alcança se recorrermos subsidiariamente às disposições conjugadas dos artigos 196.º n.º 2 e 41.º n.º 1, ambos do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015 de 07.01.

Ainda no âmbito da admissibilidade do presente procedimento de Impugnação Administrativa, importa ter em consideração que, tal como do mesmo resulta, a sua interposição emerge da notificação “do 1.º Relatório Preliminar de Análise das Propostas” quando, do procedimento concursal aqui em causa, se constata ter sido elaborado em 05.11.2015 “Relatório Preliminar” e em 09.12.2015 “1.º Relatório Final”. Face ao disposto no artigo 270.º do Código dos Contratos Públicos no que tange ao prazo de apresentação das impugnações administrativas, considera-se que a presente respeita ao 1.º Relatório Final de 09.12.2015, pelo que, neste circunstancialismo, se admite a presente impugnação administrativa, como tempestivamente apresentada.

Admitida a presente Impugnação Administrativa, importa proceder à sua análise e apreciação, para o que, serão tidos em consideração os seguintes elementos documentais do Processo de Concurso:

- a) Programa de Procedimento do Concurso Público – Processo de Aquisição n.º 48/2015 – AP/DISU;
- b) Caderno de Encargos do Concurso Público – Processo de Aquisição n.º 48/2015 – AP/DISU;
- c) Documento de “Proposta de Preço (Alíneas b), c) e d) do Ponto 2 do Artigo 10.º do Programa de Concurso)” da impugnante RRI – Recolha de Resíduos Industriais, S.A.;
- d) Documento de “Meios Materiais a afetar à prestação de serviços (Alíneas f) do Ponto 2 do Artigo 10.º do Programa de Concurso)” da impugnante RRI – Recolha de Resíduos Industriais, S.A.;
- e) Documento de “Memória descritiva dos trabalhos e planos dos trabalhos (Alíneas g) do Ponto 2 do Artigo 10.º do Programa de Concurso)” da impugnante RRI – Recolha de Resíduos Industriais, S.A.;
- f) Documento de “Nota justificativa de preço apresentado (Alíneas h) do Ponto 2 do Artigo 10.º do Programa de Concurso)” da impugnante RRI – Recolha de Resíduos Industriais, S.A.;
- g) Relatório Preliminar do Júri de 05.11.2015 e respetivos Anexos;
- h) 1.º Relatório Final do Júri de 09.12.2015 e respetivos Anexos;
- i) Impugnação Administrativa de 17.12.2015 da RRI – Recolha de Resíduos Industriais, S.A.

Na impugnação administrativa apresentada peticiona-se a a revogação da proposta de exclusão da impugnante RRI – Recolha de Resíduos Industriais, S.A. e, nessa sequência, que seja deliberada a sua readmissão.

Para tanto alega que os fundamentos em que assenta a manutenção da decisão de exclusão da Impugnante RRI se revelam manifestamente inadmissíveis, face aos imperativos legais a

que o júri está vinculado, argumentando que a decisão de exclusão da proposta da impugnante RRI padece de gritante invalidade.

Sustenta a impugnante RRI que as disposições invocadas pelo Júri para sustentar a decisão de exclusão (artigos 146.º n.º 2 alínea o) e 70.º n.º 2 alínea b), ambos do Código dos Contratos Públicos) nunca poderiam ser aplicáveis *in casu* e, ainda, por cautela, alega que a análise e interpretação do Júri quanto ao conteúdo da proposta e dos esclarecimentos prestados pela impugnante RRI labora em manifesto erro, reportando concretamente a cada um dos motivos constantes do 1.º Relatório Final do Júri de 09.12.2015 para efeitos de proposta de exclusão da impugnante RRI.

Os motivos invocados pelo Júri no 1.º Relatório Final de 09.12.2015 para a exclusão da proposta da impugnante RRI constam das páginas 10 a 12 do relatório e consistem:

“3.5. Proposta apresentada pelo concorrente n.º 9 RRI, SA pelos seguintes motivos:

a) Por apresentar termos ou condições que violam aspetos da execução do contrato a celebrar não submetidos à concorrência, de acordo com os artigos 146.º, n.º 2, alínea o) e 70.º, n.º 2, alínea b), do Código dos Contratos Públicos, na medida em que:

a1) Propõe a disponibilização de contentores de superfície de 800 litros (cfr. página 9 e respetivos anexos do documento intitulado “Meios materiais a afetar à prestação de serviços” e página 11 do documento intitulado “Nota justificativa de preço apresentado”) em desrespeito do disposto na cláusula 7.ª, n.º 3, do caderno de encargos – cláusulas técnicas, que exige a disponibilização de contentores de 1000 litros;

a2) Prevê a recolha de resíduos porta a porta (cfr. páginas 50 e 76, respetivamente do documento intitulado “Memória descritiva dos trabalhos e plano de trabalhos”) em desrespeito do disposto na cláusula 5.ª, n.º 2, do caderno de encargos – cláusulas técnicas, na qual se estipula que devem ser recolhidos os resíduos depositados em contentores (de superfície e em profundidade) e baldes;

a3) Propõe a recolha de verdes que não se inserem na delimitação de resíduos sólidos domésticos volumosos, em desrespeito da cláusula 3.ª, alínea c), do caderno de encargos – cláusulas técnicas;

a4) Propõe um circuito de recolha de resíduos sólidos urbanos depositados em contentores em profundidade que não contempla a totalidade dos contentores deste tipo existentes no concelho da Marinha Grande (cfr. página 204, do documento intitulado “Memória descritiva dos trabalhos e plano de trabalhos”, de acordo com a paginação do pdf) não incluindo contentores em profundidade existentes na freguesia da Moita e em diversos locais da freguesia da Marinha Grande, no total não são considerados dez contentores em profundidade existentes no concelho da Marinha Grande, em desrespeito do disposto na cláusula 5.ª, n.º 2, do caderno de encargos – cláusulas técnicas;

a5) Propõe a apresentação de um estudo pormenorizado da solução proposta “com discriminação dos circuitos, horários, itinerários e meios humanos e materiais afetos na realização dos trabalhos” em data posterior à adjudicação (página 86, do documento “Memória descritiva dos trabalhos e plano de trabalhos”), não se vinculando com uma proposta séria, firme e certa, por nela ter apostado uma reserva de revisão do conteúdo da solução constante da proposta apresentada, em desrespeito do disposto na cláusula 5.ª, n.º 3, do caderno de encargos – cláusulas técnicas, que impõe a execução do serviço nos termos da solução consignada na proposta do concorrente submetida no prazo fixado para a apresentação das propostas e não em data posterior;

b) Por implicar a violação de vinculações legais no que respeita às modificações objetivas do contrato ao prever que “O plano de trabalhos modificado apresentado pela RRI deve ser aceite pela Entidade Adjudicante desde que dele não resulte prejuízo para os trabalhos ou prorrogação dos prazos de execução” (página 184, do documento “Memória descritiva dos trabalhos e plano de trabalhos”) na medida em que não é admissível a delimitação do modo de exercício do poder de modificação objetiva do contrato por iniciativa unilateral do concorrente, por se tratar de matéria

regulada nos artigos 311.º e seguintes, do Código dos Contratos Públicos e, em qualquer caso, não submetida à concorrência, de acordo com os artigos 146.º, n.º 2, alínea o) e 70.º, n.º 2, alínea f), do Código dos Contratos Públicos.”

Os motivos invocados no 1.º Relatório Final no que concretamente respeita à impugnante RRI correspondem ao que já haviam sido invocados no Relatório Preliminar e assentam, sobretudo, na *i) violação dos artigos 146.º, n.º 2, alínea o) e 70.º, n.º 2, alínea b), do Código dos Contratos Públicos, por apresentar termos ou condições que violam aspetos da execução do contrato a celebrar não submetidos à concorrência e ii) violação dos artigos 146.º, n.º 2, alínea o) e 70.º, n.º 2, alínea f), do Código dos Contratos Públicos, por implicar a violação de vinculações legais no que respeita às modificações objetivas do contrato ao prever que “O plano de trabalhos modificado apresentado pela RRI deve ser aceite pela Entidade Adjudicante desde que dele não resulte prejuízo para os trabalhos ou prorrogação dos prazos de execução” (página 184, do documento “Memória descritiva dos trabalhos e plano de trabalhos”) na medida em que não é admissível a delimitação do modo de exercício do poder de modificação objetiva do contrato por iniciativa unilateral do concorrente, por se tratar de matéria regulada nos artigos 311.º e seguintes, do Código dos Contratos Públicos e, em qualquer caso, não submetida à concorrência.*

Analisando os fundamentos expostos na impugnação administrativa em análise, no que concretamente respeita à inaplicabilidade dos artigos 146.º n.º 2, alínea o) e 70.º n.º 2 alínea b), ambos do Código dos Contratos Públicos, entendemos não assistir razão à impugnante, senão vejamos:

No caso em apreço, o critério de adjudicação fixado foi o do mais baixo preço, vd. n.º 1 do artigo 4.º do Programa de Procedimento, o que significa que “o caderno de encargos define todos os restantes aspectos da execução do contrato a celebrar, submetendo apenas à concorrência o preço a pagar pela entidade adjudicante pela execução de todas as prestações que constituem o objeto daquele” – cfr. artigo 74.º n.º 1 alínea b) e n.º 2 do Código dos Contratos Públicos. Ora, o critério de adjudicação do mais baixo preço significa que nada mais sendo levado à concorrência que não seja o preço, todos os demais fatores relacionados com a execução do contrato inserem-se no domínio dos termos ou condições regulados no caderno de encargos, o qual contém clausulado que é para aceitar integralmente e sem desvios, podendo concluir-se que não haverá pois lugar a propostas com cláusulas diferentes das que resultem do imperativamente estabelecido no Caderno de Encargos. Como tal, adere-se integralmente à fundamentação do Júri do Concurso no tocante a este concreto ponto, a qual, nesta sede se reproduz:

“Esta afirmação significaria, na prática, que não existiria qualquer vinculação dos concorrentes a nenhum aspeto da execução do contrato, sendo-lhes, por isso, admissível promoverem todas as alterações e/ou supressões que entendessem convenientes. O caderno de encargos identifica com rigor as cláusulas a incluir no contrato a celebrar que não estão submetidas à concorrência, ou seja, cujo cumprimento é imperativo por parte dos concorrentes, sob pena de exclusão da respetiva proposta.

Refere ainda que o júri apreciou as propostas “segundo fatores de avaliação que pura e simplesmente inexistem neste procedimento”. Ora, o júri deve verificar se as propostas apresentadas respeitam as exigências estabelecidas no caderno de encargos, para, após essa análise, hierarquizar as propostas admitidas (que respeitam o caderno de encargos) de acordo com o critério de adjudicação (mais baixo preço). Não tem pois fundamento a alegação produzida, como decorre do relatório preliminar sob escrutínio, no qual se identificam várias componentes essenciais

da proposta apresentada pelo concorrente n.º 9 que desrespeitam o caderno de encargos – cláusulas técnicas.”

Razão pela qual se entende não merecer provimento o vertido nos pontos 3. a 26. da Impugnação Administrativa.

Entrando na análise dos concretos pontos que integram o motivo supra analisado, no que concerne ao invocado (pela Impugnante) manifesto erro na análise e interpretação do Júri quanto ao conteúdo da proposta e dos esclarecimentos prestados pela impugnante RRI, a que respeitam as alíneas a1) a a5) do ponto 3.5 da Proposta apresentada pela Impugnante RRI temos:

a1) Propõe a disponibilização de contentores de superfície de 800 litros (cfr. página 9 e respetivos anexos do documento intitulado “Meios materiais a afetar à prestação de serviços” e página 11 do documento intitulado “Nota justificativa de preço apresentado”) em desrespeito do disposto na cláusula 7.ª, n.º 3, do caderno de encargos – cláusulas técnicas, que exige a disponibilização de contentores de 1000 litros;

O n.º 3 da Cláusula 7.ª do Caderno de Encargos – Cláusulas Técnicas prevê, específica e imperativamente que “3. O co-contratante deve assegurar, no mínimo, uma distribuição quantitativa de contentores à superfície e baldes igual à existente, conforme plantas em anexo, sob suporte digital, compreendendo 1325 contentores de 1000 litros e 44 baldes de 110 litros.”

E o n.º 2 da Cláusula 10.ª do Programa de Procedimento identifica os documentos que constituem a Proposta.

A impugnante RRI, no Documento de “Meios Materiais a afetar à prestação de serviços (Alíneas f) do Ponto 2 do Artigo 10.º do Programa de Concurso)” na sua pág. 7 refere “A RRI disponibilizará, no início do contrato, os veículos, máquinas, equipamentos e ferramentas necessárias à realização dos trabalhos da Prestação de Serviços conforme descrito na tabela seguinte ...”, identificando nessa sequência a Tabela 1, da qual, não página 9 do Documento, consta a referência a 1325 “Contentores de 800 litros de capacidade, em polietileno, tampa plana e sistema din” e em anexo a esse Documento junta a ficha técnica dos Contentores, a qual, respeita a Contentores de 800 litros.

Fez ainda referência no Documento “Nota justificativa de preço apresentado (Alíneas h) do Ponto 2 do Artigo 10.º do Programa de Concurso)”, na Tabela 5, concretamente página 11 do documento, novamente a 1325 “Contentores de 800 litros de capacidade, em polietileno, tampa plana e sistema din”.

Não obstante a referência no Documento “Memória descritiva dos trabalhos e planos dos trabalhos (Alíneas g) do Ponto 2 do Artigo 10.º do Programa de Concurso)”, concretamente, tal como refere a Impugnante, a páginas 122, 133, 134 e 135, entendemos que a mesma não é susceptível de contrariar a informação, no que concretamente tange à capacidade dos Contentores, prestada nos Documentos “Meios Materiais a afetar à prestação de serviços (Alíneas f) do Ponto 2 do Artigo 10.º do Programa de Concurso)” e “Nota justificativa de preço apresentado (Alíneas h) do Ponto 2 do Artigo 10.º do Programa de Concurso)”, pois que, contrariamente a estes, a Memória Descritiva não constituía um elemento essencial da Proposta e, da mesma, é possível inequivocamente destringer o Plano de Trabalhos (respeitante à alínea g) do Artigo 10.º do Programa de Procedimento, o qual, consta de páginas 178 e seguintes, sendo o título conferido a este Documento igualmente inequívoco quanto a esta distinção.

Por outro lado, igualmente não é sustentável a argumentação de que o Júri solicitou esclarecimento quanto a esse concreto ponto (e previamente ao Relatório Preliminar), já

que, como resulta da Lei (cfr. 2.ª parte do n.º 2 do artigo 72.º do Código dos Contratos Públicos) os esclarecimentos somente fazem parte integrante das propostas desde que não contrariem os elementos constantes dos documentos que as constituem, não alterem ou completem os respetivos atributos. De reforçar ainda que o esclarecimento suscitado quanto a esse concreto ponto identifica muito claramente os Documentos relativos aos quais se pretendia uma posição, não se encontrando contemplada a Memória Descritiva. Dir-se-á ainda que, contrariamente ao entendimento da Impugnante, no limite, tal pedido de esclarecimento teria de ser desconsiderado por suscitar uma resposta suscetível de violar o n.º 2 do art.º 72.º do Código dos Contratos Públicos, o que se não coloca já que a proposta subjacente de exclusão se enquadra e conforma com o legalmente previsto, nunca se podendo admitir que tal seria justificável para determinar uma proposta de admissão, aí sim, em clara e manifesta violação da Lei. Dir-se-á ainda em abono do que vem sendo exposto que, da análise do Documento de “Memória descritiva dos trabalhos e planos dos trabalhos (Alíneas g) do Ponto 2 do Artigo 10.º do Programa de Concurso)” resultam várias referências a realidades e entidades distintas das do Concurso em apreço o que possibilita concluir que, contrariamente aos Documentos “Meios Materiais a afetar à prestação de serviços (Alíneas f) do Ponto 2 do Artigo 10.º do Programa de Concurso)” e “Nota justificativa de preço apresentado (Alíneas h) do Ponto 2 do Artigo 10.º do Programa de Concurso)”, concretamente elaborados para o procedimento em causa, aquele, respeita a uma descrição genérica e abrangente, aplicada na generalidade dos Concursos com este tipo de objecto, razão pela qual se não poderá considerar como lapso o vertido nos 2 Documentos essenciais do Concurso em benefício do constante do Documento da Memória Descritiva. Não sendo admissível que se releve qualquer alegada imprecisão posteriormente invocada em 2 Documentos essenciais do Procedimento por não se poder considerar como lapso de escrita.

Pelo exposto, adere-se integralmente à fundamentação do Júri constante do Relatório Preliminar e do 1.º Relatório Final que, nesta sede e para os devidos efeitos se reproduz:

“2.4.3. A resposta apresentada pelo concorrente n.º 9 RRI, SA, introduz modificações à proposta inicialmente submetida, o que nesta fase está vedado em obediência ao princípio da intangibilidade das propostas.

Nos termos antes enunciados (n.º 2.3., deste relatório) a integração na proposta dos esclarecimentos prestados pelo concorrente depende de esse facto não implicar a alteração da própria proposta, limitando-se a resposta/esclarecimento a aclarar o sentido de aspetos já contidos na “declaração pela qual o concorrente manifesta à entidade adjudicante a sua vontade de contratar e o modo como se dispõe a fazê-lo” (artigo 56.º, n.º 1, do CCP).

Não pode, nesta medida, considerar-se como esclarecimento a resposta constante dos n.ºs 1, 3, 4, 6 e 8, apresentada pelo concorrente RRI, SA, revelando-se antes a manifestação expressa de alterações da proposta, o que não é permitido à luz do acórdão do Supremo Tribunal Administrativo, de 10-07-2013.

a) No que respeita ao tipo de contentores de superfície a aplicar o concorrente limita-se a proceder a uma alteração da proposta apresentada, de modo a conformá-la com as exigências constantes do caderno de encargos – cláusulas técnicas. Nos documentos “Meios materiais a afetar à prestação de serviços” e “Nota justificativa de preço apresentado” o concorrente propõe a disponibilização de contentores de superfície de 800 litros, juntando inclusive uma ficha técnica com caracterização detalhada desses equipamentos. Na resposta ao pedido de esclarecimento vem declarar que, afinal, se propõe disponibilizar contentores de superfície de 1000 litros, o que redundará numa alteração à

proposta apresentada que não pode ser aceite como esclarecimento, nem pode ser considerada nos termos que resultam da jurisprudência pacífica dos tribunais administrativos.

Ainda na mesma resposta refere que “As tabelas descritas nos documentos “Meios materiais a afetar à prestação de serviços” e “Nota justificativa de preço apresentado” são resultado do descrito nos demais documentos da proposta.” (sic). O que se afigura incompreensível na medida em que nesses dois documentos são referidos os contentores de superfície de 800 litros e não de 1000 litros, como é exigido no caderno de encargos. Por outro lado, a “Memória descritiva dos trabalhos e plano de trabalhos” refere expressamente que: “No documento “descrição de equipamentos” podem ser analisadas as viaturas e equipamentos a utilizar na Prestação de Serviços” (p. 192). Ou seja, este último documento que suportaria a resposta em apreço acaba por remeter para os documentos (“Meios materiais a afetar à prestação de serviços” e “Nota justificativa de preço apresentado”) em que constam os contentores de superfície de 800 litros.

Não se ignora que existem menções a contentores de 1000 litros na “Memória descritiva dos trabalhos e plano de trabalhos”, no entanto, à luz das regras da interpretação da declaração negocial e inclusive da resposta ao pedido de esclarecimento, não pode entender-se que essas menções são suscetíveis de prevalecer sobre as que constam dos outros dois mencionados documentos e, por outro lado, ante a existência de elementos da proposta que se revelam em absoluto contraditórios não pode o júri, nem o concorrente, em data posterior ao termo do prazo fixado para a apresentação da proposta, escolher qual dos elementos deve ser tido em conta com vista à análise da proposta.

A este respeito, entende-se que os documentos “Meios materiais a afetar à prestação de serviços” e “Nota justificativa de preço apresentado” se revelam, pela sua natureza e conteúdo, os mais aptos a identificar os equipamentos que o concorrente se propõe disponibilizar para a execução do contrato, o que é reforçado pela sua função específica e pelo maior grau de pormenor da informação neles constante.

No mesmo sentido concorre o facto de o documento “Memória descritiva dos trabalhos e plano de trabalhos” aparentemente não parecer ter sido elaborado, de forma específica e concreta, para o presente procedimento, dado o conjunto de referências a realidades e entidades diversas, de que são exemplo: “realizaram-se diversas visitas à área da concessão” (p. 52); “conforme as normas de funcionamento da estação de transferência” (p. 77); “recolha e transporte de resíduos sólidos urbanos (RSU) ou equiparados, em toda a área geográfica do Concelho, porta a porta” (p. 81); “dos Concelhos do Agrupamento de Santo” (p. 89); “os responsáveis dos Municípios do Agrupamento” (p. 109); “em parceria com os municípios do Agrupamento” (p. 122); “por solicitação de cada Município” (p. 128); “fornecer-se-á a cada Município um plano de localização dos locais onde se situam os contentores e demais equipamentos (ecopontos e oleões)” (p. 128); “necessitarão de autorização prévia dos Municípios do Agrupamento” (p. 129); “na área de intervenção dos Municípios do Agrupamento” (p. 137); “Caso sejam os Municípios do Agrupamento a solicitar estes serviços” (p. 155); “sugeridas pelos próprios Municípios do Agrupamento” (p. 172); “com exceção dos resíduos de construção e demolição com amianto, cujos custos de deposição já se encontram refletidos nos preços unitários apresentados” (p. 185).

Nenhum dos aspetos indicados no parágrafo antecedente tem qualquer relação com o objeto do presente procedimento, revelando de forma ostensiva que a sua base não é a do caderno de encargos que integra as cláusulas a incluir no contrato a celebrar, mas assenta antes noutra realidade bem distinta da que aqui está em causa.

Sublinha-se, igualmente, que cabia ao concorrente, em sede de resposta ao pedido de esclarecimento, dilucidar o caráter contraditório dos elementos constantes da sua proposta, o que não logrou efetuar, cuidando antes de proceder a uma alteração da proposta.

Deve notar-se que o dimensionamento dos contentores de superfície a disponibilizar pelo concorrente é um aspeto essencial da prestação do serviço e está diretamente relacionado com os

propósitos de limpeza e higiene urbana e de saúde pública que sustentam as exigências fixadas no caderno de encargos.” (Relatório Preliminar)

E “*Invoca o concorrente que a menção a contentores de 800 litros apenas consta de uma ficha técnica, o que não é verdade. Tal como se enuncia no relatório preliminar, a proposta de disponibilização de contentores de 800 litros está plasmada na página 9 e respetivos anexos do documento intitulado “Meios materiais a afetar à prestação de serviços” e na página 11 do documento intitulado “Nota justificativa de preço apresentado”, documentos em que o concorrente manifesta a sua vontade inequívoca de contratar nesses termos, como se demonstrou de forma completa no relatório preliminar (alínea a), do n.º 2.4.3.) que nessa parte aqui se dá por integralmente reproduzido. Nestes termos, não merecem provimento as alegações constantes dos n.ºs 29 a 40, da exposição do concorrente n.º 9.” (1.º Relatório Final)*

Razão pela qual não pode merecer provimento o vertido nos pontos 27. a 43. Da Impugnação Administrativa apresentada pela Impugnante RRI

a2) *Prevê a recolha de resíduos porta a porta (cfr. páginas 50 e 76, respetivamente do documento intitulado “Memória descritiva dos trabalhos e plano de trabalhos”) em desrespeito do disposto na cláusula 5.ª, n.º 2, do caderno de encargos – cláusulas técnicas, na qual se estipula que devem ser recolhidos os resíduos depositados em contentores (de superfície e em profundidade) e baldes;*

No que concretamente respeita a este ponto, o n.º 2 da Cláusula 5.ª do Caderno de Encargos – Cláusulas Técnicas é bastante claro ao identificar e caracterizar o sistema de recolha pretendido, o qual consiste na recolha mecânica de contentores (à superfície e em profundidade) e baldes.

Não contempla o sistema de recolha constante do Caderno de Encargos no Concurso em causa o sistema de recolha porta a porta, sistema esse que não consiste, contrariamente ao que a impugnante defende, a mera recolha de sacos indevidamente colocados na via pública. Trata-se de um sistema alternativo e/ou complementar que passa, inclusive, pela disponibilização de contentores ou baldes à porta das habitações, sistema que claramente, apesar de utilizado por vários Municípios, não se integra no que é pretendido pelo Município da Marinha Grande nem constitui objeto do Concurso aqui em causa.

O Programa de Procedimento estabelece no seu artigo 11.º, sob a epígrafe de “Proposta com Variantes” que não é admitida a proposta com variantes (cfr. n.º 1), considerando-se proposta com variantes aquela que relativamente a um ou mais aspetos da execução do contrato a celebrar, contenha atributos que digam respeito a condições contratuais alternativas, o que se verifica no caso concreto já que se propõe um sistema de recolha que se não encontra previsto no Caderno de Encargos.

Adere-se, pelo exposto, integralmente à fundamentação do Júri constante quer do Relatório Preliminar quer do 1.º Relatório Final, a qual, nesta sede se reproduz “*c) O esclarecimento prestado no que respeita à designada recolha porta a porta altera o teor da proposta, procurando restringi-la à recolha de sacos colocados indevidamente na via pública, assimilando a recolha destes a uma recolha do tipo porta a porta. Ora, é claro que o sistema de recolha porta a porta não é conforme com o entendimento explanado pelo concorrente. Aliás, a própria designação desse método de recolha é contrária à mera recolha de sacos colocados indevidamente na via pública. O sistema de recolha porta a porta é um sistema alternativo ao adotado no concelho da Marinha Grande, definido no caderno de encargos, pelo que reveste a natureza de uma variante não admitida. Deve esclarecer-se que o sistema de recolha de resíduos nos termos definidos no caderno de encargos não é um sistema preferencial, mas sim o único sistema admitido. Assim, o esclarecimento prestado traduz-se numa alteração da proposta que não pode, por isso, ser aceite.” (Relatório Preliminar)*

E “O concorrente alega que pode incluir nos sistemas de recolha o sistema de recolha porta a porta e que isso se traduziria num enriquecimento da proposta, o que contraria de forma expressa o esclarecimento por si prestado anteriormente. O caderno de encargos é claro ao determinar qual é o sistema de recolha admitido, não sendo admissível – sem violação do caderno de encargos – aditar sistemas que a entidade adjudicante expressamente excluiu, pelo que não merecem provimento as alegações constantes dos n.ºs 41 a 48 da exposição do concorrente n.º 9.” (1.º Relatório Final)

Pelo exposto não se concede provimento ao alegado pela impugnante nos pontos 44. a 52. da Impugnação Administrativa apresentada.

a3) *Propõe a recolha de verdes que não se inserem na delimitação de resíduos sólidos domésticos volumosos, em desrespeito da cláusula 3.ª, alínea c), do caderno de encargos – cláusulas técnicas;* Concretamente quanto a este ponto, a noção de resíduos sólidos domésticos volumosos consta da alínea c) da Cláusula Terceira do Caderno de Encargos – Cláusulas Técnicas e, contrariamente ao alegado pela Impugnante, é claramente distinta de resíduos verdes, cuja recolha não se encontra prevista no Caderno de Encargos. Tanto mais que, tal como decorre das normas técnicas relativas à caracterização de resíduos urbanos, aprovadas pela Portaria n.º 851/2009 de 07.08 a recolha de verdes não está incluída na delimitação de resíduos sólidos domésticos volumosos. Por outro lado, como facilmente se compreende, resíduos verdes não contemplam somente árvores, troncos, arbustos de grande porte e outros, provindos de jardins, hortas e quintais das habitações (que somente pela sua definição sequer se poderão considerar volumosos), mas igualmente, aparas, ervas, relva, ramos, folhas e outros.

Não se trata de penalizar qualquer proposta por incluir serviços que beneficiam a entidade adjudicante e os municípios mas antes analisar propostas que apresentam recolha de resíduos que se não encontram contempladas no Caderno de Encargos. E isso é o que resulta da Proposta da Impugnante, já que, se propõe recolher verdes indevidamente depositados na via pública (cfr. pág. 116 do Documento de “Memória descritiva dos trabalhos e planos dos trabalhos (Alíneas g) do Ponto 2 do Artigo 10.º do Programa de Concurso)” já que esse conceito não integra, exclusivamente (pelo contrário diremos) resíduos provenientes de habitações que, pelo seu volume, peso, forma ou dimensões não possam ser recolhidos pelos meios normais de remoção.

Não se vislumbra pois qualquer erro de interpretação e análise por parte do Júri quanto ao conteúdo da proposta e dos esclarecimentos prestados pela Impugnante, razão pela qual se adere integralmente à fundamentação, quanto a este concreto ponto, constante do Relatório Preliminar e do 1.º Relatório Final, a qual, nesta sede e para os devidos efeitos se reproduz: *“e) No que respeita à recolha de verdes, vem o concorrente declarar que procederá à “recolha de todos os resíduos abandonados na via pública”, incluindo a recolha de resíduos verdes. O concorrente considera que a recolha de resíduos sólidos domésticos volumosos equivale à recolha de monos e monstros, o que é de aceitar. No entanto, a ser assim, é evidente que os resíduos verdes não se inserem naquele conceito, o que decorre igualmente da designada lista de resíduos. O concorrente não altera a sua proposta, antes reafirma o seu conteúdo, pelo que o esclarecimento é aceite.”* (Relatório Preliminar)

E *“A recolha de verdes não está incluída na delimitação de resíduos sólidos domésticos volumosos, como decorre das normas técnicas relativas à caracterização de resíduos urbanos, aprovadas pela Portaria n.º 851/2009, de 7 de agosto, em que se distinguem os resíduos verdes dos resíduos volumosos, o que também parece ser reconhecido na parte final do n.º 56 das alegações*

apresentadas, pelo que não merecem provimento as alegações constantes dos n.ºs 49 a 57, da exposição do concorrente n.º 9.” (Relatório Final)

Razão pela qual se nega provimento ao alegado pela Impugnante RRI nos pontos 53. a 66. da sua Impugnação Administrativa.

a4) Propõe um circuito de recolha de resíduos sólidos urbanos depositados em contentores em profundidade que não contempla a totalidade dos contentores deste tipo existentes no concelho da Marinha Grande (cfr. página 204, do documento intitulado “Memória descritiva dos trabalhos e plano de trabalhos”, de acordo com a paginação do pdf) não incluindo contentores em profundidade existentes na freguesia da Moita e em diversos locais da freguesia da Marinha Grande, no total não são considerados dez contentores em profundidade existentes no concelho da Marinha Grande, em desrespeito do disposto na cláusula 5.ª, n.º 2, do caderno de encargos – cláusulas técnicas;

No que respeita a este ponto, importa mencionar que, tal como previsto no n.º 1 da Cláusula 5.ª do Caderno de Encargos – Condições Técnicas, a recolha de resíduos sólidos urbanos é efetuada na totalidade do concelho da Marinha Grande, sendo que essa recolha de resíduos sólidos compreende a recolha mecânica de contentores (à superfície e em profundidade). Solicitado previamente ao Relatório Preliminar, por parte do Júri do concurso, esclarecimento se na página 204 do Documento de “Memória descritiva dos trabalhos e planos dos trabalhos (Alíneas g) do Ponto 2 do Artigo 10.º do Programa de Concurso)”, referente ao Plano de Trabalhos, se encontravam incluídos todos os contentores de profundidade existentes no concelho da Marinha Grande (cfr. ponto 8 do Anexo I ao Relatório Preliminar), a impugnante foi taxativa ao afirmar que, *“...efetuiu o levantamento dos equipamentos de deposição quer de superfície quer enterrados. Salvo lapso por parte das equipas técnicas que efetuaram o levantamento, nos mapas dos circuitos encontra-se reportada a localização de todos os equipamentos existentes à data do levantamento no município.”*

Ora, a impugnante, para além das plantas que integram as peças do concurso se encontrarem identificados os conjuntos de equipamentos de profundidade existentes no concelho, ainda efetuou um levantamento no local desse tipo de equipamentos, sendo a entidade adjudicante totalmente alheia à forma como esse levantamento foi efetuado. Certo é que, para além de inexistir qualquer insuficiência ou ilegibilidade nos mapas disponibilizados e que integram as peças do concurso, a impugnante não suscitou quaisquer erros ou omissões do Caderno de Encargos nem, aquando da prestação do supra referido esclarecimento, fez qualquer alusão à manifesta insuficiência dos mapas de localização para a cabal e completa localização de tais equipamentos, por serem absolutamente ilegíveis. Por outro lado, não obstante a alegação da Impugnante no que concerne à verificação, no Plano de Trabalhos, do compromisso de executar os serviços nos termos dos requisitos descritos no caderno de encargos, designadamente página 192 do Documento de “Memória descritiva dos trabalhos e planos dos trabalhos (Alíneas g) do Ponto 2 do Artigo 10.º do Programa de Concurso)” - cfr. ponto 71 da Impugnação Administrativa – que inclusive reproduz, certo é que, omite nessa reprodução, o parágrafo imediatamente subsequente, no qual faz constar *“No presente documento encontram-se ainda anexados os desenhos dos circuitos propostos.”* nos quais se encontram omitidos/desconsiderados dez contentores de profundidade existentes na freguesia da Moita e em diversos locais da freguesia da Marinha Grande. Não podendo merecer acolhimento a referência na página 182 do Documento de “Memória descritiva dos trabalhos e planos dos trabalhos (Alíneas g) do Ponto 2 do Artigo 10.º do Programa de Concurso)”

pois o que releva é o Plano de trabalhos apresentado com a Proposta não contemplar todos os contentores de profundidade do concelho da Marinha Grande tal como previsto na Cláusula 5.^a do Caderno de Encargos – Cláusulas Técnicas.

Pelo exposto e aderindo integralmente à fundamentação do Júri do Concurso refletida quer no Relatório Preliminar quer no 1.^o Relatório Final a qual se reproduz: *“h) No que respeita ao circuito de recolha de resíduos sólidos urbanos depositados em contentores de profundidade (página 204, da Memória descritiva dos trabalhos e plano de trabalhos) é respondido que nesse como nos outros mapas dos circuitos se encontra “reportada a localização de todos os equipamentos existentes à data do levantamento no município”. (sic). Esta afirmação não é correta, na medida em que não foram colocados novos contentores de profundidade no período que mediou entre o início do presente procedimento e esta data e nas peças do concurso incluem-se plantas que identificam o conjunto dos equipamentos desse tipo existentes. De facto, o mapa do circuito identificado na mencionada página 204 não inclui todos os contentores de profundidade existentes no concelho, como pode ser confrontado com as plantas que integram as peças do procedimento disponibilizadas a todos os concorrentes. A resposta não é esclarecedora, mantendo integralmente o teor do circuito proposto, que desrespeita o disposto no caderno de encargos – cláusulas técnicas.”* (Relatório Preliminar) E *“A justificação apresentada para a omissão de contentores em profundidade no circuito proposto não merece provimento, em primeiro lugar, por não ocorrer qualquer insuficiência ou ilegibilidade nos mapas disponibilizados, em segundo lugar, por caber ao interessado suscitar, se for o caso, erros e omissões do caderno de encargos, o que não fez, como era seu dever. A omissão de identificação dos contentores em profundidade no circuito proposto desrespeita o disposto na cláusula 5.^a, n.º 2, do caderno de encargos – cláusulas técnicas, pelo que não merecem provimento as alegações constantes dos n.ºs 58 a 66 da exposição do concorrente n.º 9.”* (1.^o Relatório Final), não se concede provimento ao alegado pela Impugnante RRI nos pontos 67. a 72. da Impugnação Administrativa ora em crise.

a5) Propõe a apresentação de um estudo pormenorizado da solução proposta “com discriminação dos circuitos, horários, itinerários e meios humanos e materiais afetos na realização dos trabalhos” em data posterior à adjudicação (página 86, do documento “Memória descritiva dos trabalhos e plano de trabalhos”), não se vinculando com uma proposta séria, firme e certa, por nela ter apostado uma reserva de revisão do conteúdo da solução constante da proposta apresentada, em desrespeito do disposto na cláusula 5.^a, n.º 3, do caderno de encargos – cláusulas técnicas, que impõe a execução do serviço nos termos da solução consignada na proposta do concorrente submetida no prazo fixado para a apresentação das propostas e não em data posterior;

No que tange a este ponto, dispõe o n.º 3 da Cláusula 5.^a do Caderno de Encargos – Condições Técnicas que *“3. O co-contratante deve efetuar a prestação de serviços de acordo com a solução proposta, que esquematiza os circuitos, pontos de recolha, horários, itinerários e meios humanos e materiais a utilizar, de acordo com o estabelecido neste Caderno de Encargos.”* Do mesmo resulta que a prestação de serviços a efectuar é a que resulta da solução proposta e não de qualquer outra que venha a ser apresentada.

Da página 86 do Documento de “Memória descritiva dos trabalhos e planos dos trabalhos (Alíneas g) do Ponto 2 do Artigo 10.^o do Programa de Concurso)” fez-se constar que *“... a recolha será executada de acordo com os seguintes pressupostos:*

- Recolha e transporte a destino final RSU produzidos pela população em toda a área de actuação, sendo apresentado um estudo pormenorizado da solução proposta pela RRI, com discriminação dos circuitos horários, itinerários e meios humanos e materiais afetos na realização dos trabalhos, após a adjudicação dos serviços, antes de se dar início aos serviços (...).”*

Já no que a este ponto respeita havia sido solicitado esclarecimento previamente ao Relatório Preliminar, por parte do Júri do Concurso (cfr. ponto 4. respeitante aos esclarecimentos solicitados à impugnante RRI que constitui Anexo I àquele Relatório Preliminar) não podendo colher a argumentação apresentada de que se trata de um compromisso de otimização das condições de prestação dos serviços ou de melhoria contínua como respondido em sede de prestação de esclarecimentos, pois o vertido na aludida página e supra transcrito, refere, expressamente, que o estudo pormenorizado será apresentado antes de se dar início aos trabalhos, o que desde logo afasta qualquer ideia de otimização ou melhoria, pois para que tal sucedesse, tais trabalhos haveria que se ter iniciado. Por outro lado, da transcrição supra resulta (pág. 86) é feita ainda referência à apresentação de estudo pormenorizado, o que permite que se depreenda que o Plano de Trabalhos proposto não é exaustivo e completo como se impunha, levando a essa pormenorização mencionada. O que também se encontra relacionado com a referência efetuada no Plano de Trabalhos (cfr. pág. 182) onde novamente se reitera a apresentação de um Plano de Trabalhos, que a impugnante denomina como definitivo, nos dez dias úteis seguintes à adjudicação, configurando, efetivamente, uma reserva de revisão do conteúdo da solução apresentada na proposta.

Do exposto, não se verificam os fundamentos invocados para qualquer alteração da posição e fundamentação assumida pelo Júri do Concurso, no que a este concreto ponto respeita, razão pela qual se adere integralmente à mesma, quer à apresentada em sede de Relatório Preliminar quer em sede de 1.º Relatório Final, pelo que se procede à sua reprodução: *“d) O sentido que o concorrente pretende dar ao segmento transcrito da página 86, da “Memória descritiva dos trabalhos e plano de trabalhos” reconduz-se a uma alteração da proposta apresentada, na medida em que o referido “estudo pormenorizado da solução proposta” a apresentar “após a adjudicação dos serviços, antes de se dar início aos serviços” não corresponde a um propósito de melhoria contínua durante a execução do contrato, antes traduzindo uma reserva de revisão do conteúdo da solução constante da proposta apresentada, em contradição com o disposto na cláusula 5.ª, n.º 3, do caderno de encargos – cláusulas técnicas. Por se traduzir numa alteração da proposta, o esclarecimento prestado não pode ser aceite.”* (Relatório Preliminar) E *“A apresentação de um estudo pormenorizado da solução proposta em data posterior – o que não é negado - significa que o concorrente não se vincula com uma proposta séria, firme e certa, apondo à proposta uma reserva de revisão do respetivo conteúdo, o que não é admissível e desrespeita a cláusula 5.ª, n.º 3, do caderno de encargos – cláusulas técnicas, pelo que não merecem provimento as alegações constantes dos n.ºs 67 a 70 da exposição do concorrente n.º 9.”* (1.º Relatório Final) Razão pela qual e atento o exposto, nega-se provimento à impugnação Administrativa no que respeita aos concretos pontos 73. a 75. da mesma.

b) Por implicar a violação de vinculações legais no que respeita às modificações objetivas do contrato ao prever que “O plano de trabalhos modificado apresentado pela RRI deve ser aceite pela Entidade Adjudicante desde que dele não resulte prejuízo para os trabalhos ou prorrogação dos prazos de execução” (página 184, do documento “Memória descritiva dos trabalhos e plano de trabalhos”) na medida em que não é admissível a delimitação do modo de exercício do poder de modificação objetiva do contrato por iniciativa unilateral do concorrente, por se tratar de matéria regulada nos artigos 311.º e seguintes, do Código dos Contratos Públicos e, em qualquer caso, não submetida à concorrência, de acordo com os artigos 146.º, n.º 2, alínea o) e 70.º, n.º 2, alínea f), do Código dos Contratos Públicos.”

Quanto a este último ponto, dispõe a alínea f) do n.º 2 do artigo 70.º do Código dos Contratos Públicos que *“2 - São excluídas as propostas cuja análise revele:*

(...)

f) Que o contrato a celebrar implicaria a violação de quaisquer vinculações legais ou regulamentares aplicáveis; (...)

Na página 184 do Documento de “Memória descritiva dos trabalhos e planos dos trabalhos (Alíneas g) do Ponto 2 do Artigo 10.º do Programa de Concurso)”, no âmbito do Plano de Trabalhos, sob o ponto 1.2 consta *“Em caso de desvio do plano de trabalhos que, injustificadamente, ponha em risco o cumprimento do prazo de execução dos trabalhos ou dos respetivos prazos parcelares, a Entidade Adjudicante pode notificar a RRI para apresentar, no prazo de 10 (dez) dias, um plano de trabalhos modificado, adotando as medidas de correção que sejam necessárias à recuperação do atraso verificado. O plano de trabalhos modificado apresentado pela RRI deve ser aceite pela Entidade Adjudicante desde que dele não resulte prejuízo para os trabalhos ou prorrogação dos prazos de execução.”*

Conforme se extrai do ora transcrito, entende-se que a Impugnante RRI pretende condicionar, com a inclusão deste segmento, a atuação da entidade adjudicante, já que a pretende vincular à aceitação de um Plano de Trabalhos modificado desde que verificados 2 pressupostos que sequer são cumulativos mas antes alternativos: i) não resultar prejuízo para os trabalhos ou ii) prorrogação dos prazos de execução. No limite, face ao desvio do plano de trabalhos, no caso da entidade adjudicante pretender notificar a impugnante RRI para a apresentação de Plano de Trabalhos modificado face aos desvios que se possam verificar, ficaria aquela vinculada à aceitação do Plano que lhe fosse apresentado desde que não consubstanciasse uma prorrogação dos prazos de execução, mas mesmo que contemplasse prejuízo para os trabalhos (por ex. redução da periodicidade de recolha em determinados locais) ou mesmo que não resultasse prejuízo para os trabalhos poderia determinar a prorrogação dos prazos de execução. Mesmo que os pressupostos aqui em causa fossem cumulativos, tal proposta de vinculação pretendida constitui inequívoca modificação objetiva do contrato, por iniciativa unilateral da impugnante, o que não é admissível face ao previsto nos artigos 311.º e seguintes do Código dos Contratos Públicos. Neste sentido e atendendo ao exposto igualmente se adere à fundamentação do Júri neste campo, quer em sede de Relatório Preliminar quer de 1.º Relatório Final pelo que nesta sede se reproduz: *“f) No que se refere à modificação do plano de trabalhos, o esclarecimento prestado traduz-se numa alteração da proposta, pois não está aqui em causa a circunstância de o concorrente apresentar a proposta de modificação do plano de trabalhos, mas sim o facto de o concorrente estipular que a entidade adjudicante tem o dever de o aprovar de acordo com dois requisitos por si formulados. Por se traduzir numa alteração da proposta, o esclarecimento prestado não pode ser aceite.”* (Relatório Preliminar) E *“Decorre da proposta apresentada que o concorrente introduz na sua proposta um efeito delimitador do modo de exercício do poder de modificação objetiva do contrato, o que não é admissível, pelo que não merecem provimento as alegações constantes dos n.ºs 71 a 79 da exposição do concorrente n.º 9.”* (1.º Relatório Final)

Face a tudo o exposto não se vislumbra nenhum dos vícios apontados pela Impugnante ao 1.º Relatório Final apresentado pelo Júri do Concurso e datado de 09.12.2015 e, nesse seguimento, são correctos e adequados os motivos por aqueles invocados no sentido da proposta de exclusão da aqui impugnante RRI.

Desta forma, a Câmara Municipal da Marinha Grande, tendo em consideração a apreciação da Impugnação Administrativa apresentada pela Impugnante RRI – Recolha de

Reunião extraordinária da
Câmara Municipal da Marinha
Grande realizada no dia
23/12/2015.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 35

Resíduos Industriais, S.A. e atendendo aos fundamentos supra explanados delibera não conceder provimento à Impugnação Administrativa em causa porque improcedente já que se não verificam nenhum dos vícios que na mesma são apontados.

Esta deliberação foi tomada por maioria, com 4 votos a favor, 1 voto contra do Sr. Vereador Carlos Logrado e 2 abstenções dos Srs. Vereadores Vítor Pereira e Alexandra Dengucho.

O Sr. Vereador Aurélio Ferreira proferiu a seguinte declaração de voto:

“Voto em não dar provimento à impugnação administrativa tendo por base os fundamentos constantes do processo, designadamente os invocados no 1.º Relatório Final, e conforme argumentaram os juristas Sr. Dr. Victor Faria e Sr. Dr. Bruno Jorge.”

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

APROVAÇÃO DA ATA EM MINUTA

937 - Por último, a Câmara delibera por unanimidade aprovar esta ata em minuta, nos termos e para os efeitos dos n.ºs 3 e 4 do artigo 57.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

E nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou a reunião eram 17:40 horas.

No final foi elaborada esta ata, que eu, Maria Fernanda Carvalho Vaz, Coordenadora Técnica, vou assinar, nos termos do n.º 2 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

O Presidente

A Secretária da reunião